

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.469.288 - SP (2019/0081808-6)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : CRISTIANO ROBERTO BORGES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. SÚMULA 7/STJ E 284/STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por CRISTIANO ROBERTO BORGES contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região contra decisão de fls. 458-465 que inadmitiu o apelo nobre.

Consta dos autos que "*prática do crime previsto no artigo 157, §2º, incisos I e II do Código Penal e artigo 244-B da Lei nº 8.069/90 à pena de 05 (cinco) anos, 09 (nove) meses e 28 (vinte e oito) dias de reclusão e ao pagamento de 14 (catorze) dias-multa*" (fls. 414).

O Tribunal estadual negou provimento ao apelo defensivo nos termos da seguinte ementa (fl.430-431):

"PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSOS DA DEFESA. ROUBO CONTRA OS CORREIOS E CORRUPÇÃO DE MENORES (ARTIGO 244-B DA LEI Nº 8.069/90). ARTIGO 157, §2º, I E II, DO CÓDIGO PENAL. MATERIALIDADE, DOLO E AUTORIA COMPROVADOS. DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS (ARTIGO 59 DO CP) RECONHECIDAS. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. Materialidade, autoria e dolo de crime de roubo (artigo 157, §2º, I e II do CP) e corrupção de menores (artigo 244-B da Lei nº 8.069/90) contra agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, comprovados por depoimentos testemunhais e demais documentos.

Superior Tribunal de Justiça

2. *Contrariamente ao sustentado nas razões recursais, logrou a acusação provar o envolvimento do menor no roubo, pela fundamentação acima explicitada e, como bem se pode ver do posicionamento cristalizado em sede de recurso repetitivo e na Súmula 500-STJ, como crime formal, independe da efetiva corrupção. Precedente: AgRg no HC 431.860/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018.*

3. *A circunstância judicial (artigo 59 do CP), no tocante aos maus antecedentes, extrai-se do apenso, o qual revela que o réu possui inquéritos policiais em apuração perante a Justiça Estadual de São Paulo (fl. 19); condenação criminal por roubo majorado na Justiça Estadual de São Paulo (CNJ 0025485-03.2010.8.26.0050) (fl. 22), com condenação transitada em julgado para o réu em 05/08/2013 (fl. 65); condenação por roubo tentado na Justiça Estadual de São Paulo (CNJ 0087650-81.2013.8.26.0050) (fl. 23), com condenação transitada em julgado em 12/03/2015 (fl. 67v0).*

4. *Reconhece-se a circunstância judicial da personalidade voltada para o crime quando o réu, após o cometimento do crime apurado nos autos, pouco tempo depois, voltou a praticar mais um crime de roubo majorado, notadamente se manifestando a reiteração da prática pelo mesmo tipo penal.*

5. *Apelação desprovida. "*

Nas razões do recurso especial (fls. 439-445), interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas **a**, da Constituição da República, o recorrente alega que o acórdão objurgado "*contrariou o artigo 59 do Código Penal, prejudicando o Recorrente*" (fl. 441) ao "*reproduzir os fundamentos exarados na r. sentença para a manutenção da pena-base, não analisando propriamente a fração aplicada pelo juízo a quo, do que se extrai que ratificou o critério matemático utilizado*" (fl. 444) e que "*incorreu em bis in idem ao considerar a ação número 0087650-81.2013.8.26.0050 tanto para majorar a pena em razão dos maus antecedentes como em razão da personalidade, razão pela qual deve ser desconsiderada e, conseqüentemente, reduzida a pena -base*" (fl. 445).

Após as contrarrazões (fls. 448-456), o recurso foi inadmitido pelo Tribunal de origem em razão do óbice da da Súmula 7/STJ e Súmula 284/STF, por ausência de indicação expressa da lei federal tida por violada

Superior Tribunal de Justiça

(fls. 458-465).

Nas razões do agravo, postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão (fls. 467-472)..

O Ministério Público Federal apresentou parecer pelo desprovimento do recurso especial (fls. 497-500).

É o relatório.

Decido.

A parte agravante deixou de infirmar, de maneira adequada e suficiente, as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial: Súmula 7/ STJ e Súmula 284/STF.

Em suas razões, o agravante limita-se às seguintes alegações:

(i) *"[...] não se pleiteia no Recurso Especial em questão que o E. Superior Tribunal de Justiça busque nos autos provas que afastem a condenação. O que se pede, com efeito, é que essa Corte Superior proceda a uma nova valorização do material probatório evocado pelo Acórdão na fixação da pena" (fl. 471);*

(ii) *"[...] a controvérsia acerca da interpretação de normas federais foi demonstrada no recurso:*

A vedação à interpretação extensiva in malan parten da lei penal deve ser observada e encontra fundamento no brocado latino odiosa sunt restringenda, favorabilia sunt amplianda, segundo o qual o desfavorável deve ser restringido e o favorável ampliado.

Reforça-se, assim, a legalidade e evita-se interpretações arbitrárias.

Não obstante, houve violação do princípio da individualização da pena ao serem utilizados standards na análise da 1ª fase da dosimetria, etapa que exige uma análise casuística e individualizada das circunstâncias judiciais, e não baseada em um critério matemático pré -estabelecido.

(...) Por fim, deve ser reduzida a fração de aumento da pena em razão dos maus antecedentes, uma vez que, da leitura do v. acórdão verifica-se que o apontamento de fl. 19 trata de inquéritos policiais em apuração perante a Justiça Estadual, os quais, a luz da Súmula n. 444 do Superior Tribunal de Justiça não podem agravar a situação do acusado.

Além disso, o v. acórdão incorreu em bis in idem ao considerar a ação número 0087650-81.2013.8.26.0050 tanto para majorar a pena em razão dos maus antecedentes como em razão da personalidade, razão pela qual deve ser desconsiderada e, conseqüentemente, reduzida a pena -base." (fls.

Superior Tribunal de Justiça

349/355)" (fls. 471-472).

No caso, quanto ao óbice da Súmula 7/STJ, **deveria o agravante demonstrar a desnecessidade da análise do conjunto fático-probatório, deixando claro que os fatos foram devidamente consignados no decisum a quo**, o que não aconteceu.

Em relação ao óbice da Súmula 284/STF, **deveria o agravante ter comprovado, por meio da contraposição dos argumentos postos no recurso especial e conclusões do acórdão recorrido, a suficiência e adequação do inconformismo**, o que não aconteceu.

Desse modo, a ausência de impugnação dos fundamentos empregados pela eg. Corte de origem para obstar o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ENUNCIADO N. 182 DA SÚMULA DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A decisão que inadmitiu o Recurso Especial assentou a deficiência na fundamentação do apelo nobre e a necessidade de revolvimento de fatos e provas para a análise do pleito, o que fez incidir os óbices das Súmulas n. 284/STF e 7/STJ. No entanto, no agravo em recurso especial, a defesa limitou-se a reiterar os argumentos apresentados no apelo excepcional.

2. Deixando a parte agravante de impugnar especificamente os fundamentos da decisão impugnada na origem, é de se aplicar o Enunciado n. 182 da Súmula deste Superior Tribunal.

[...]

3. Agravo improvido" (AgRg no AREsp 1410723/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 07/05/2019)

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

Superior Tribunal de Justiça

TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO DE FIXAÇÃO DE REGIME INICIAL DE PENA MAIS BRANDO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL.

I - O agravante deixou de infirmar, de maneira adequada e suficiente, todas as razões apresentadas pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, especificamente não enfrentou de maneira adequada a incidência da Súmula 284 do STF.

II - A ausência de impugnação dos fundamentos empregados pela Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles, o que não ocorreu na presente hipótese.

*Agravo regimental desprovido" (AgInt no AREsp 1140814/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe 16/02/2018)*

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

*2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).*

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, inciso I, do RISTJ, **não conheço do agravo** em recurso especial.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator

